

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LILLIAN CRISTINA CRUVINEL TORRES

**ACERVO IESOL:
FONTES PARA A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS**

**PONTA GROSSA
2008**

LILLIAN CRISTINA CRUVINEL TORRES

**ACERVO IESOL:
FONTES PARA A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de bacharel em História, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^a. Ms. Elizabeth Johansen

**PONTA GROSSA
2008**

LILLIAN CRISTINA CRUVINEL TORRES

**ACERVO IESOL:
FONTES PARA A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de bacharel em História, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Ciências Humanas, Letras e Artes

Ponta Grossa, 7 de novembro de 2008.

Prof^a Elizabeth Johansen
Mestre em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^o Luís Alexandre Gonçalves Cunha
Doutor em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^o Roberto Lamb
Doutor em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa

*Dedico a minha mãe, Joana, responsável
pela realização deste sonho.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	- Grupos incubados.....	22
QUADRO 2	- Caracterização do Acervo IESOL.....	28
FIGURA 1	- Plano de arranjo do Acervo IESOL.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA	12
1.1 Uma nova proposta econômica	12
1.2 A economia solidária no Brasil	17
1.3 Metodologia de trabalho da IESOL	23
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO DO ACERVO IESOL	29
2.1 Princípios da arquivologia e a experiência da sistematização	29
INVENTÁRIO SUMÁRIO	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXO A – Projeto de Extensão IESOL	61

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por todas as bênçãos e graças, pela minha saúde e a oportunidade de concluir este trabalho.

Aos meus pais, Joana e Sebastião, pelo apoio e alicerce, mesmo estando tão distantes, via telefone ou internet, não me permitiram desistir quando tudo parecia não dar certo! Principalmente você, mãe, que nos momentos mais difíceis de saúde fragilizada (que não foram poucos), tornou-os suportáveis, me encorajando a lutar pela vida.

Aos meus irmãos, Danillo e Camylla... como sinto falta de vocês!!!

Aos meus avós e tios, sempre super-protetores, e em especial a minha família pontagrossense, que me acolheu e orientou, quando me vi numa cidade totalmente estranha, sem nem saber em que direção ficava a universidade.

A professora orientadora Elizabeth Johansen, que despertou minha paixão pela arquivologia, pela contribuição com seus conhecimentos e sugestões na orientação deste TCC. Tornou-se uma grande amiga e soube compreender minhas limitações na pesquisa, pessoais e geográficas.

Ao pessoal da IESOL/UEPG, muitos que se tornaram queridos amigos, como Jonas, Marcos, Faustino e Ana Cláudia, e que contribuíram efetivamente para a realização deste trabalho.

A grande amiga Claudinéa e a professora Luísa Emília, as maiores incentivadoras da minha vinda para esta universidade.

As minhas queridas amigas e companheiras de república, Francine e Priscilla, pelas conversas descontraídas, cafés de madrugada, baladinhas e principalmente, por entenderem minhas angústias quando me sentia triste.

Aos grandes amigos que fiz nesta cidade, que espero não perder o contato quando a separação for inevitável.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho, enfatiza a organização de um acervo temático referente a economia solidária e a vivência das trabalhadoras e trabalhadores que a integram, na região dos Campos Gerais. Este acervo constitui-se no bojo das atividades realizadas nos anos de 2005 e 2006, em um programa de extensão, chamado Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Durante a pesquisa foram abordados temas que tratam da economia solidária, seus princípios e suas diversas formas de manifestação, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Aponta a IESOL como uma dessas iniciativas, e que, ao desenvolver sua intervenção, inova com uma metodologia diferenciada. No decorrer dessa atuação, é produzido determinado volume documental, fazendo-se necessária sua organização. Através dos princípios da teoria arquivista, também discutidos aqui, iniciou-se o processo de sistematização do acervo, culminando na elaboração de um plano de arranjo e um instrumento de pesquisa (inventário sumário). Ao finalizar, destaca-se brevemente a relação que se dá entre historiadores e arquivistas, e são propostas outras hipóteses de investigação na perspectiva apontada, sugerindo a plena organização deste acervo.

Palavras-chave: economia solidária; arquivologia; instrumentos de pesquisa.

INTRODUÇÃO

A economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas¹.

Apresentando-se como uma área de inserção de trabalhadores que estão excluídos do mercado formal, ela busca através de seus princípios (cooperativismo, autogestão e solidariedade), estimular a formação de empreendimentos solidários que possibilitem a geração de trabalho e renda para aqueles que a integram. Este tipo de economia vem sendo fomentado por diversas iniciativas, que partem tanto de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, pastorais e universidades, como do poder público.

Neste contexto, inscreve-se a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESOL/UEPG), que busca através da economia solidária contribuir com a constituição e consolidação destes empreendimentos, favorecendo a geração de trabalho e renda e estabelecendo políticas públicas na região dos Campos Gerais, área de sua atuação.

Para tanto, uma metodologia de trabalho, dividida em etapas (pré-incubação, incubação e desincubação), é aplicada nestes grupos de produção, para que os mesmos alcancem resultados significativos e desenvolvam seu potencial.

Em todas as fases, nas quais os grupos acompanhados são submetidos, há determinada produção documental, que por sua vez, torna-se preponderante na construção do conhecimento a cerca do cotidiano dos empreendimentos e dos trabalhadores que deles fazem parte. Esta documentação é composta por entrevistas de histórias de vida, fotografias, diagnósticos locais e dos grupos, relatórios de acompanhamento, dentre outros documentos diversos que passaram a compor um banco de dados de relevante importância.

Toda essa documentação sistematizada facilita a consulta da própria equipe de incubação atuante, como de outras equipes que possam trabalhar posteriormente, no mesmo grupo ou em outros incubados. Isto se diz, porque a preservação documental contempla, necessariamente, a questão da identidade.

¹ SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.116.

Possivelmente, só a memória, desde que resgatada, identificada e analisada, pode, de alguma forma evitar a perpetuação de erros do passado².

Além de colaborar, efetivamente, no planejamento da intervenção social praticada pelas equipes da IESOL, esses dados mostraram-se riquíssimos, para diferentes áreas de conhecimento, ao possibilitar a realização de pesquisas em diversas temáticas.

Assim, configurando-se como um acervo, fez-se necessária sua organização, porque além de subsidiar as atuações realizadas pela IESOL no desenvolvimento dos empreendimentos solidários, dá visibilidade a história de vida dos trabalhadores da economia solidária nos Campos Gerais, enriquecida pelos depoimentos e pelas imagens daqueles que vivem seu dia-a-dia, contemplando também a preservação da identidade regional.

Para que ocorresse essa sistematização, foram pesquisados princípios da teoria arquivística, sendo que determinados procedimentos técnicos sugeridos por esta, foram remodelados, para que se adequassem a realidade do acervo trabalhado.

Dessa maneira, o objeto deste trabalho, é resultado dos desdobramentos das atividades realizadas na IESOL/UEPG nos anos de 2005 e 2006, onde cinco grupos estavam sendo pré-incubados e/ou incubados, e produziram determinado volume documental para ser organizado. É importante salientar, que estes mesmos grupos estavam inseridos em um projeto aprovado e financiado pelo Ministério da Educação (MEC), que viabilizou o trabalho de construção documental.

Quanto ao embasamento teórico utilizado, os principais autores selecionados para discorrer sobre economia solidária e a inserção desta nas universidades, foram Paul Singer e Luís Inácio Gaiger, precursores desta temática no Brasil. Cabe ressaltar, que não foi construída uma discussão teórica a respeito deste assunto, postergando essa ação para o segundo capítulo, onde se encontra o foco central da pesquisa.

Com isso, no que se refere a teoria arquivística, os trabalhos foram direcionados por Heloísa Bellotto, permeado por outras orientações, de menor participação, como Janice Gonçalves e Célia Reis Camargo. A pesquisa, portanto,

² GOMES, Josélia M. L. de Oliveira. **Instrumentos de pesquisa para a história de Ponta Grossa:** acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha. Monografia de especialização em História do Paraná. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 1997, p.2.

está dividida em dois momentos, afinal, estão sendo discutidos conceitos um tanto diferentes.

Partindo dessa premissa, foram abordadas no primeiro capítulo, questões gerais referentes à economia solidária e seus princípios, articulando sua proliferação no Brasil e suas diversas modalidades de empreendimentos. Em âmbito mais restrito, tratou-se da atuação da IESOL/UEPG, como uma destas modalidades, relatando sua metodologia de incubação e inovação neste processo, com a construção do diagnóstico participativo relacionado à história de vida dos trabalhadores. Em decorrência dos trabalhos realizados, verificou-se a formação do acervo documental destes grupos incubados e a necessidade de sua organização.

No segundo capítulo, discutiram-se os principais pontos da teoria arquivística, como a classificação da instituição como meio institucional de custódia e disseminação de informação científica, a teoria das Três Idades, a teoria dos Fundos, a elaboração do plano de arranjo do acervo e instrumentos de pesquisa. Também se relatou a experiência de organização do acervo IESOL e os procedimentos técnicos utilizados na descrição das séries documentais.

Assim, articulando os dois temas, propõe-se que através deste trabalho, ocorra a viabilização do acesso às informações resguardadas neste acervo.

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A história começa pelo fim. Fale ou morra. E enquanto continuar a falar, não vai morrer.
Paul Auster

1.1 Uma nova proposta econômica

Grandes transformações econômicas foram observadas nas últimas décadas do século XX, sendo marcadas pela lógica excludente do capitalismo contemporâneo³, que se baseia na liberdade de mercado e consumo, beneficiando quem pode manter-se no mercado, vendendo ou comprando. Essa “nova ordem mundial” organizou relações globais de produção com efeitos no mundo do trabalho (promovendo a precarização deste e causando desemprego) e na organização da sociedade, permitindo a concentração de renda e o aumento do fosso social.

Essas mudanças ocorreram, principalmente, devido ao reordenamento internacional dos mercados e dos grandes agentes e pólos econômicos, atravessado pelo discurso de globalização unipolar, que contribuiu para acentuar as diferenças entre países centrais e periféricos⁴. Surgiram grandes blocos econômicos regionais, como o NAFTA (do qual fazem parte EUA, Canadá e México) ou a União Econômica Européia, formados pelos países capitalistas mais ricos que assim se organizaram para eliminar as barreiras ao comércio de seus produtos, conquistando melhor posição econômica e política numa competição global em que os países mais pobres não têm a mínima condição de concorrer. Houve, portanto, a quebra de suas indústrias nacionais e, conseqüentemente, o aumento do desemprego e da exclusão⁵.

Assim, as empresas multinacionais engoliram as nacionais, disseminando seus investimentos pelo mundo e se fortalecendo com a produção descentralizada.

³ LIANZA, Sidney, ADDOR, Felipe (orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.7.

⁴ CARRION; VALENTIM; HELLWING. **Residência solidária UFRGS**: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p.25.

⁵ IESOL/UEPG. **As transformações do mundo do trabalho e a economia solidária**. Ponta Grossa, 2006. Material didático elaborado para o Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ). p.3.

Houve a reformulação de suas plantas industriais, a absorção de mão de obra especializada e a concentração de recursos econômicos de várias empresas ao se unirem (fusão de capitais), preparando o terreno para a feroz competição internacional por mercados. Dessa forma, poucas e grandes tiveram sucesso em prejuízo das pequenas e médias, diminuindo a possibilidade de trabalho para as pessoas.

Produziu-se cada vez mais com menos mão de obra devido a novas tecnologias que eliminaram milhares de postos de trabalho. A pressão do desemprego em massa piorou também a situação dos trabalhadores que continuaram empregados, porque muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos⁶, fazendo-os trabalhar, muitas vezes, em condições precárias e sub-humanas.

Percebe-se, então, que esse sistema econômico tornou-se dominante há tanto tempo que a tendência é considerá-lo como normal ou natural. Vive-se assim, em uma sociedade em que a competição domina praticamente todas as áreas da atuação humana, ao mesmo tempo em que esta competição tem sido criticada por causa de seus graves efeitos sociais, afinal, esta apologia à competição dá valor apenas aos vencedores e os perdedores ficam na penumbra ou são excluídos⁷.

Frente a essa degeneração do tecido social, tornou-se mister buscar alternativas que permitissem a sobrevivência dessas pessoas marginalizadas. De acordo com Paul Singer⁸, para que se tivesse uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros seria preciso que a economia fosse solidária ao invés de competitiva, ou seja, os indivíduos deveriam cooperar entre si na atividade econômica.

Partindo dessa idéia, nos últimos anos, têm-se multiplicado as iniciativas individuais e/ou coletivas empenhadas na criação de atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida. Essas iniciativas propõem então, sustentar uma economia dos setores populares. As primeiras tratavam de ações assistenciais ambíguas, até mesmo porque, delas se ocupavam programas de instituições com um papel secundário ou de discutível confiabilidade política, como a filantropia das igrejas e entidades congêneres e as ações para o desenvolvimento de inúmeras

⁶ SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p.110.

⁷ Id. p.7.

⁸ Id.

agências internacionais, para não falar do braço social do Estado. Ações, cujo valor esgotava-se na lógica de defesa e resistência em que se movia, e que incidiam apenas sobre as conseqüências do modelo vigente e não sobre os pilares que o sustentavam⁹.

Mas, a partir do momento em que se adotou o princípio de fortalecer a capacidade produtiva dos empobrecidos (e sua principal capacidade é, em primeiro lugar, seu trabalho), os empreendimentos solidários de geração de renda ganharam um novo valor.

O caráter assistencial predominante nas primeiras experiências comunitárias muitas vezes deu lugar a ações que buscavam a emancipação dos setores sociais assistidos, mediante a revitalização de suas energias e a apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais compatíveis com os seus saberes tradicionais e sua capacidade de ativar recursos próprios. Com essa recente valorização juntaram-se ao movimento setores renovados das igrejas, ONGs (Organizações não-governamentais) e organizações populares, e principalmente, fundos e agências internacionais que adotaram uma nova postura, estimulando a auto-sustentação dos grupos beneficiários e, portanto, sua viabilidade econômica no interior de uma economia de mercado.

Segundo Luís Inácio Gaiger:

Pode se observar que certas experiências transcenderam o patamar de subsistência e tornaram-se empreendimentos econômicos solidários, com base numa nova racionalidade econômica, em que se aliam a cooperação e a busca de eficiência, logram algum tipo de acumulação e crescimento. Embora vulneráveis, alcançam estabilidade mínima e viabilidade em médio prazo. Caracterizam-se por um maior grau de organização interna, de integração ao mercado e de articulação com projetos similares, órgãos públicos e privados, entidades de assessoria, etc.¹⁰

O poder irradiador dessas experiências e sua tendência a multiplicar vínculos permitem que se vislumbre a gênese de uma economia popular solidária, nos interstícios da economia de mercado e em contraposição à sua lógica mercantilista.

Vários autores têm debatido essa temática, mas Singer conceitua a economia solidária de forma clara ao afirmar que:

Um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e

⁹ GAIGER, Luís Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, nº 50, pp. 47-71. 1998.

¹⁰ Id. p. 53.

distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) ¹¹.

O movimento da economia solidária tem crescido de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países e têm como meta privilegiar o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente¹².

Assim, essa nova forma econômica abrange várias iniciativas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou co-gestionárias e é permeada por princípios que demarcam várias formas de organização coletiva do trabalho*. São eles: o cooperativismo, a solidariedade, a autogestão, a sustentação econômica e a sustentabilidade ambiental.

Ao discorrer sobre **cooperativismo**, é interessante apresentá-lo como um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de bens, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o seu pleno desenvolvimento econômico e social. Defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, auxílio mútuo e integração pessoal. Portanto, neste tipo de empreendimento, todos têm a mesma importância, responsabilidades, deveres e direitos. Não há nem concorrência, nem competição para ver quem é mais importante e quem ganha mais. Sendo que o que cada um ganha pelo seu trabalho, é decidido numa assembléia entre todos os sócios, corrigindo assim, desníveis e injustiças sociais, devido à repartição harmoniosa de bens e valores.

Quando se fala em **solidariedade**, não se trata de um sinônimo moderno para voluntariado, também não é caridade, compaixão ou assistencialismo. Como indica o radical da palavra (sólido), é enxergar o grupo como algo coeso, é interessar-se pelos outros e fazer algo por eles¹³. Dentro de um empreendimento todos apóiam as atividades e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas. Mesmo que haja tarefas diferentes, todos conhecem as tarefas de todos. O bom desempenho e o bem estar de cada um influenciam no resultado dos objetivos

¹¹ SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

¹² IESOL/UEPG, op cit. p.36.

* Estes princípios são apresentados neste momento, a partir de uma leitura teórica da relação entre o trabalho e economia solidária. Dessa forma, é claramente perceptível o caráter idealizado dos mesmos, que dificilmente alcançam sua totalidade, principalmente, pelo não desprendimento das pessoas à cultura capitalista ao qual estão inseridas.

¹³ Disponível em : <http://www.wikipedia.com.br>. Acesso em 25 mai.2008.

e na renda de todos. Dessa forma, solidariedade não é apenas um sentimento, mas uma postura diante a vida, uma disposição para se colocar como alguém que não está sozinho.

Outro princípio da economia solidária é a **autogestão**, que ocorre quando um organismo é administrado pelos seus participantes em regime de democracia direta. Em autogestão, não há a figura do patrão, mas todos os empregados participam das decisões administrativas em igualdade de condições, ou seja, ninguém manda mais do que o outro e todos têm espaço e oportunidade de dizer o que pensam e o que querem. Todos são sócios cooperados do empreendimento e donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho. Para organizar suas atividades, são realizadas reuniões para conversar sobre as propostas de cada um e, depois, decide-se o que irão fazer, quem vai fazer o que e como deve ser feito. Dessa maneira, alguns trabalhadores precisam assumir tarefas de coordenação, para que então, as decisões se transformem em realidade.

Entende-se por **sustentação econômica**, a ação de manter-se constante ou estável por determinado período no mercado¹⁴. A atividade econômica decorrente dessa alternativa de trabalho valoriza o conhecimento, as habilidades e a criatividade das pessoas, buscando o bem-estar e a felicidade de cada um dos seus sócios e de todos que se relacionam com o empreendimento. Este, por sua vez, propõe viabilizar o trabalho digno e uma renda justa para todos os seus sócios, não visando somente o lucro para acumular riqueza. Também existe entre os associados, o interesse em consumir produtos e serviços de outros empreendimentos solidários e de se associar a eles, buscando o desenvolvimento de todos por meio de redes de economia solidária.

Já a **sustentabilidade ambiental** é o uso racional dos recursos naturais e conservação do patrimônio ecológico, onde a máquina e a matéria prima utilizada pelo empreendimento para produzir os seus produtos ou realizar os seus serviços não comprometem a saúde das pessoas e a preservação e reprodução saudável de tais recursos¹⁵. Preocupam-se e buscam melhorar permanentemente, o manejo ecológico de todas as suas atividades, seja dos resíduos das atividades de produção, seja na comercialização dos seus produtos nas feiras e lojas.

¹⁴ CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. p.807.

¹⁵ IESOL/UEPG, op.cit, pp. 40-42.

1.2 A economia solidária no Brasil

No Brasil, assim como em outros países, o processo de ajuste a nova ordem econômica mundial, provocou as crises sociais das três últimas décadas do século XX. Modificações tecnológicas com reflexos na organização do processo de trabalho, somadas à reestruturação dos mercados nacionais e internacionais, diminuíram gradativamente a capacidade de absorção de mão-de-obra pelo mercado e, ao intensificarem a capitalização dos fatores de produção (como a terra) excluíram de sua posse os trabalhadores e, por conseguinte, minaram seu acesso aos meios e aos serviços essenciais à sua subsistência, condenando-os à condição de excluídos¹⁶.

Ao mesmo tempo, o Estado mergulhou em sucessivas crises fiscais e administrativas, reduzindo com isso sua capacidade de absorção da mão-de-obra excedente e os recursos disponíveis para as políticas sociais tradicionais. Esse processo assumiu em solo nacional, características particularmente dramáticas, destacando-se a inexistência de uma política efetiva de proteção social¹⁷.

Em meio a esse cenário de acirramento do desemprego e falência de empresas surgiram propostas de apoio provenientes de diversos segmentos da sociedade (entre os quais se encontram ONGs, universidades, sindicatos, movimentos sociais diversos) aos grupos populares que, em tese, observam os princípios da proposta de economia solidária. Assim, esta exerceu um papel fundamental ao ser praticada, pois significava uma alternativa ao sistema excludente, assumindo em geral, a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias. Singer¹⁸, ao retratar o quadro da economia solidária no país, enumera as modalidades de empreendimentos solidários mais aplicados neste.

Uma destas são os **Projetos Alternativos Comunitários (PACs)**, criados a partir dos anos 1980 e financiados pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de metrópoles e da zona rural de diferentes regiões do país. Alguns grupos acabaram

¹⁶ GAIGER, op. cit. p.51.

¹⁷ CARRION; VALENTIM; HELLWING, op. cit. p.34.

¹⁸ SINGER. **Introdução a economia solidária**. Op.cit.pp. 122-124.

se transformando em unidades de economia solidária, outros continuaram dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, no entanto, conseguiram se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado.

Outra modalidade citada é constituída por empresas falidas ou em vias de falir, tomadas pelos seus trabalhadores, que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias. Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender da hecatombe industrial* (que ocorreu nos anos de 1980), preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões. Este movimento começou a partir de 1991 e deu lugar à criação da **Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)**, à qual estão afiliadas mais de uma centena de cooperativas. A ANTEAG passou a atuar principalmente em parceria com o poder público, na constituição de empreendimentos coletivos com a população das periferias das grandes cidades que ingressavam em programas sociais. Assim, promove a construção de novas relações de trabalho, com valores e formas de interação coletivas marcadas pela não-exploração e gestão democrática, tanto nas unidades produtivas quanto nas redes de cooperação entre empresas para determinadas fases da produção e comercialização, ou de integração ao longo das cadeias produtivas¹⁹.

A mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores foi desenvolvida pela **União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL)**, fundada no ano 2000. Inicialmente restringia-se apenas ao estado de São Paulo, porque surgiu pelo apoio institucional de sindicatos da região do ABC Paulista e Sorocaba, passando a agregar outras cooperativas, mas pertencentes somente a este estado. Após a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que visava organizar e estimular o desenvolvimento local nas várias regiões do país, este projeto expandiu-se e

* Segundo o dicionário de Língua Portuguesa Cegalla (op.cit. p.466), o termo hecatombe, expressa “sacrifício de um grande número de vítimas”, porém, reproduzido neste texto, aponta a situação de falência de inúmeras empresas naquele período, que geraram conseqüentemente, um grande número de desempregados.

¹⁹ Disponível em: <http://www.anteag.org>, acesso em 15 ago. 2008.

constituiu uma central de empreendimentos solidários e cooperativas de âmbito nacional²⁰.

Singer também discorre sobre o **Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)**, criado em 1990, quando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), após conseguir assentar centenas de famílias em terras desapropriadas ou latifúndios improdutivos, decidiu promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil.

Finaliza, exemplificando as cooperativas ou grupos de produção associados, incubados por entidades universitárias que se denominam **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)**. Estas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários.

Dessa forma, diante dessas modalidades, Singer salienta que as prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado ITCPs, a ANTEAG, a UNISOL e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas semelhantes, tendo como objetivo usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo²¹.

Dentro deste contexto, ou seja, constituindo uma destas modalidades, surge a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), como programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Sua instituição foi uma iniciativa de professores, servidores técnico-administrativos e alunos, contando ainda com a contribuição e participação de ONGs, voluntários, movimentos sociais, representantes de outras instituições de ensino, de outros órgãos públicos e do apoio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) através da Coordenadoria de Economia Solidária e do escritório Regional em Ponta Grossa.

O processo foi desencadeado após a participação da UEPG no curso “Introdução à economia solidária”, realizado nos meses de outubro a dezembro de

²⁰ Disponível em: <http://unisol.org.br>, acesso em 15 ago.2008.

²¹ SINGER. **Introdução a economia solidária**. Op.cit. p. 124.

2004. O referido curso foi fruto de uma parceria entre a SETP e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR).

A partir desse curso intensifica-se a discussão acerca da constituição de uma incubadora na UEPG que abrigasse experiências associativas de geração de trabalho e renda inspirados nos valores de economia solidária. Assim, o projeto de fundação da IESOL foi aprovado no mês de setembro de 2005 (ver Anexo A), sendo este programa, fruto de um debate coletivo a respeito da importância da universidade assumir seu papel na sociedade, especificamente de contribuir para o enfrentamento do problema do desemprego e do trabalho precário na cidade de Ponta Grossa e região.

Para efetivar este objetivo, a IESOL se propôs a ser inter e multidisciplinar, integrando diferentes áreas de conhecimento em atividades de pesquisa e extensão, visando fornecer assessorias a grupos atuantes no mercado formal e/ou informal, através da relação com diferentes atores sociais e políticos dentro das perspectivas da economia solidária, autogestão e cooperativismo.

Deve-se registrar ainda, que a ITCP/UFPR acompanhou o processo de formação da IESOL, numa participação fundamental para sua constituição. No segundo semestre de 2005, realiza o curso de extensão “Metodologia de incubagem para incubadoras” para o grupo da IESOL, capacitando-o para o início das atividades.

Dessa forma, para que se realizasse a intervenção social junto aos grupos acompanhados, estabeleceram-se equipes formadas por servidores da UEPG, professores, funcionários e acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição, para que nas avaliações periódicas a equipe tivesse oportunidade de discutir e refletir a teoria e prática da economia solidária, articulando pesquisa, ensino e extensão.

O público alvo dessa atuação é formado por empreendimentos solidários, sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias, empresas autogestionárias, dentre outras, formados por trabalhadores desempregados ou por aqueles que trabalham em situação de risco ou em condições precárias, prioritariamente oriundos das classes mais empobrecidas da cidade de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais.

Assim, além de comprometer-se com a geração de trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária, este programa visa articular e aproximar a universidade da comunidade, colocando a disposição dos empreendimentos incubados os conhecimentos produzidos nesta e de outra forma, absorver e compreender os conhecimentos trazidos pelos trabalhadores, numa relação de troca de saberes e experiências entre professores, servidores, alunos e trabalhadores²².

Durante todo o processo de acompanhamento, há o envolvimento de professores, técnicos e acadêmicos, organizados em núcleos ou áreas temáticas*. São organizadas equipes multidisciplinares, formadas por acadêmicos destes núcleos e sob responsabilidade de um professor ou técnico orientador, onde cada uma delas torna-se responsável pelo acompanhamento de um empreendimento e pelo encaminhamento de suas demandas.

A partir desta estruturação, encontram-se cinco empreendimentos acompanhados, durante os anos de 2005 e 2006, na região dos Campos Gerais, os quais trabalhavam predominantemente com produtos de artesanato, conforme demonstrado a seguir (ver quadro 1).

Quadro 1 – Grupos Incubados

GRUPO	MUNICÍPIO	ÁREA TEMÁTICA
Associação Verde Esperança	Ponta Grossa / PR	Jardinagem
Associação Costurando Oportunidades	Carambeí / PR	Artesanato
Associação Tibagiana de Artesãos / ATIART	Tibagi / PR	Artesanato
Feiras Solidárias	Ponta Grossa / PR	Artesanato e Alimentos
Palha de Ponta	Ponta Grossa / PR	Artesanato

²² Disponível em: <http://www.uepg.br/iesol/>, acesso em 15 ago.2008.

* Estas áreas temáticas, geralmente, são definidas pelo tipo de produto comercializado pelo grupo. Neste momento, havia três áreas na IESOL, são elas: Alimentos, Artesanato e Jardinagem.

Para sua consolidação, a IESOL ampliou suas atividades para a área de formação de Políticas Públicas, afinal, estas últimas estão relacionadas com questões de liberdade e igualdade, assim como ao direito à satisfação das necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação, acesso a terra, meio ambiente, transporte, etc.

Atuando em parceria com municípios da região, a IESOL visa aumentar seu raio de ação, bem como promover a construção da economia solidária na região, com o trabalho conjunto entre a UEPG e prefeituras municipais, constituindo um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, e superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local²³.

Além destas atividades, também mantém outras parcerias com órgãos e instituições de âmbito federal, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério da Educação (MEC), buscando alcançar os mesmos objetivos acima citados.

1.3 Metodologia de trabalho da IESOL

No processo de estruturação da IESOL, teve-se como referência metodológica a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) ao qual fornecera cursos para a realização do trabalho de intervenção. Dessa maneira, a metodologia adotada, inicialmente consiste em três fases ou etapas do processo de incubação:

1 – Pré-incubação (até 6 meses): primeiros contatos com os grupos, incluindo avaliações preliminares a respeito da possibilidade e potencialidade dos grupos e dos empreendimentos. Nesta etapa são realizados os diagnósticos participativos* do grupo e do local assim como a formação em economia solidária e a pré-viabilidade do empreendimento.

²³ LIANZA; ADDOR, op. cit. p. 125.

* Os diagnósticos participativos são constituídos por relatórios de acompanhamento dos grupos, fotografias, clippings, entrevistas de história de vida e vários tipos de documentos coletados, que permitem o entendimento da dinâmica de relacionamento das pessoas que fazem parte daquele grupo em especial.

A formação em economia solidária é composta por três módulos, onde são abordadas no primeiro, questões referentes às transformações no mundo do trabalho: trabalho e emprego; desemprego no contexto mundial e brasileiro; causas do desemprego; capitalismo e soluções para o desemprego.

No segundo módulo discute-se a economia solidária em si, como por exemplo: movimento cooperativista; valores cooperativos; formas de empreendimentos solidários: cooperativismo, associativismo, feiras solidárias, clubes de troca; organização e estruturação de um empreendimento solidário; experiências de economia solidária; e autogestão.

Já no terceiro, trata-se da gestão econômico-financeira do empreendimento solidário, como o planejamento, custos, viabilidade, registros, patrimônio, despesas e receitas. A partir dessa metodologia afirma-se que ao final da pré-incubação o grupo terá condições de perceber se deseja assumir os princípios da economia solidária, ao mesmo tempo em que a equipe IESOL avalia se o grupo tem o potencial e as condições necessárias para tal. Após esta avaliação, o grupo que estiver disposto e apto, poderá ser encaminhado para a incubação;

2 – Incubação (18-24 meses): inclui pesquisas de mercado, estudo de viabilidade econômica e financeira, elaboração e aprovação de estatuto e regimento, além de assessorias técnicas (contábil, jurídica e econômica, administrativa, entre outros) e da formação continuada a respeito da economia solidária. Além destas questões técnicas ou de gestão, é possível dar continuidade à realização de pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas, buscando e ampliando a compreensão da realidade destes trabalhadores;

3 – Desincubação (até 6 meses): prepara os grupos para a desvinculação do empreendimento com a incubadora. Deve-se salientar que todo o trabalho orienta-se na perspectiva da autonomia e emancipação, portanto, não se trata de uma última etapa, mas sim de um processo²⁴.

Entretanto, no interior dessa relação, devido às necessidades de adequação tanto da equipe da IESOL, quanto dos grupos acompanhados, são apontadas algumas especificidades, provocando a construção de uma metodologia diferenciada. Tal especificidade da IESOL/UEPG está na primeira parte do processo,

²⁴ SANTOS, Andrea P. **História de vida dos trabalhadores da economia solidária em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais: memória, identidade e história oral**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/neho/arquivos/andreapaula1.pdf>. Acesso em 1 jun.2008.

chamada pré-incubação. Nessa fase da metodologia de trabalho tem ocorrido a realização de entrevistas de histórias de vida, que visam enriquecer o diagnóstico participativo, através do conhecimento e reconhecimento da história, das identidades e da trajetória dos trabalhadores²⁵.

Assim, uma nova metodologia foi desenvolvida pela professora Andrea Paula dos Santos* para a IESOL, relacionando a formação e os debates sobre economia solidária e história oral, envolvendo algumas outras ações que serão descritas a seguir.

Inicialmente ocorre a elaboração do diagnóstico local, conhecendo os indicadores oficiais sobre o município e geo-região, e sobre as comunidades onde os grupos estão inseridos em relação aos aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e históricos. São realizadas pela equipe visitas semanais, quinzenais ou conforme a realidade do grupo ou problema a ser enfrentado. A seguir, procede-se com a elaboração do diagnóstico do grupo, conhecendo a realidade de cada sujeito através do registro de histórias de vida e de visitas às comunidades, encontrando-se aí, a inovação metodológica da IESOL.

Durante a construção do diagnóstico pela equipe que exerce a intervenção, são discutidos procedimentos teórico-metodológicos, referentes às ações de como agir no trabalho de campo para os registros de histórias de vida e coleta de outros tipos de documentos. Questiona-se, por exemplo, como elaborar uma visita aos membros do grupo; como preparar o material tecnológico para gravação dos registros (gravadores, fitas, câmeras fotográficas e de vídeo); como fazer as entrevistas de história de vida; e, como proceder à realização de observações participantes com caderno de campo, registro fotográfico ou audiovisual e recolhimento de outros documentos existentes.

Posteriormente, parte-se para a sistematização das informações e análise dos temas presentes nas trajetórias vividas pelos grupos e nas pesquisas sobre a realidade local, constituindo um conjunto de dados que possibilitem a intervenção das assessorias. Isto quer dizer que, após a definição coletiva do projeto associativo ou cooperativo de cada grupo, obtido através do diagnóstico participativo, são realizadas formações em economia solidária, assessorias e elaborados outros

²⁵ Id.

* Professora Doutora, membro do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do Departamento de História da UEPG/PR, além de coordenadora da IESOL, no período que compreende os meses de março a setembro de 2007.

projetos para captar recursos financeiros que permitam a estruturação e independência dos empreendimentos, bem como o custeamento do trabalho de incubação.

Nesse sentido, a metodologia da IESOL, na fase de pré-incubagem, já mostrou alguns indícios de que se constituiu como forte intervenção na realidade dos grupos de trabalhadores. Isto porque, ao reconhecer suas trajetórias como dignas de serem documentadas e amplamente divulgadas, dá visibilidade a economia solidária através das práticas de história oral e seu debate em torno das questões sobre memória, identidade, História Imediata e do Tempo Presente e a importância desses conceitos para se pensar e se executar políticas públicas²⁶.

Para o tratamento da documentação produzida oralmente, adotou-se como referências teóricas e metodológicas os pressupostos forjados pelos trabalhos do Núcleo de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP), que possui várias pesquisas realizadas com trabalhadores e outros grupos tradicionalmente marginalizados e excluídos da história. Essas pesquisas relatam histórias de vida, que reunidas, resultaram em publicações, como as obras *Vozes da marcha pela terra*, ou *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. Os pressupostos acima citados nortearam ações, como por exemplo, o modo de proceder na transcrição e edição das entrevistas de histórias de vida, como fazer o processo de autorização do uso destas entrevistas para disponibilização pública, e como organizar e facilitar o acesso as informações sobre os principais temas de cada grupo (situação econômica, vida familiar, aspectos sociais e culturais).

A parceria entre IESOL/UEPG e o NEHO/USP resultou no projeto “Práticas Teóricas e Metodológicas do Trabalho de Campo para a Elaboração de um Diagnóstico Participativo: Economia Solidária, Educação Popular e História Oral”, aprovado e financiado pelo Ministério da Educação (MEC) no Programa de Apoio a Atividades de Extensão em Políticas Públicas – PROEXT. Este possibilitou a concessão de bolsas a estagiários e a aquisição de material permanente (computador, gravadores, câmera fotográfica e de vídeo) e material de consumo (fitas, disquetes, pilhas e material de escritório em geral) para apoiar e viabilizar o trabalho de construção documental que subsidia a elaboração do diagnóstico participativo dos grupos de trabalhadores da economia solidária dessa região.

²⁶ SANTOS, op.cit.

Tal projeto, inserido no tema “Política de direitos humanos e desenvolvimento social: geração de trabalho e renda em economia solidária”, e fundamentado na construção do diagnóstico com histórias de vida propiciou a valorização de tecnologias sociais. Estas últimas podem ser entendidas como:

Métodos e técnicas que permitem impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda²⁷.

De forma clara e sintética, as tecnologias sociais formam um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

Apesar de haver outros elementos importantes, não citados neste momento, para caracterizar algo como tecnologia social, considera-se o projeto acima (mais conhecido pela equipe IESOL como: “Banco de histórias de vida das trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária dos Campos Gerais”) como tal, principalmente, devido seu principal objetivo: incluir pessoas marginalizadas no mercado formal de trabalho.

Assim, a estruturação do diagnóstico com história de vida, atrelada aos processos de formação educacional dos trabalhadores participantes e a efetivação de assessorias técnicas, favorecem o desenvolvimento da criticidade dos participantes. E isso tem sido fundamental para a equipe da IESOL, para os trabalhadores (que na região dos Campos Gerais quase nunca tiveram visibilidade da sua história e das suas demandas) e para o desenvolvimento de políticas públicas nos municípios em que atua (Ponta Grossa, Tibagi e Carambeí).

De acordo com a professora Andrea Paula:

Buscamos neste processo de construção documental, possibilitar uma análise das histórias de vida dos sujeitos a serem assessorados destacando suas aspirações, suas memórias individuais e coletivas e o contexto histórico e social que estão inseridos. Também nos seus relatos, temos um enriquecimento dos estudos sobre a região dos Campos Gerais e da cidade de Ponta Grossa, dados pelas diferentes visões narradas pelos trabalhadores da economia solidária sobre o cenário político, econômico, social e cultural²⁸.

²⁷ CARRION; VALENTIM; HELLWING, op cit. p.26.

²⁸ SANTOS, op.cit.

A sistematização da documentação do diagnóstico participativo compõe um banco de dados útil para diversas áreas do conhecimento humano, pois favorece um olhar interdisciplinar, permitindo pesquisas de história social e muitas outras temáticas contempladas, além de atingir o propósito principal das ITCPs defendido por Singer, que é buscar garantir por meio dos processos de incubação, acompanhamento e formação de redes de sociabilidade, a geração de trabalho e renda para os trabalhadores.

A partir do momento que o acervo começou a se concretizar, percebeu-se a necessidade de contar com a valorização e reflexão sobre as possibilidades e os limites do registro documental, bem como sua organização para ser disponibilizado aos membros da IESOL, aos grupos de trabalhadores que participam do processo de pré-incubagem e também aos pesquisadores que se interessam por estudar a história e a realidade vivida pelas pessoas envolvidas nas atividades da economia solidária.

O acervo da IESOL é composto pelo material produzido nos cinco grupos acompanhados espalhados pelos municípios atendidos nos Campos Gerais, nos quais foram realizadas 45 entrevistas de história de vida, somando-se ainda fotografias, relatórios e documentos diversos (aproximadamente mil peças documentais), como demonstrados (ver quadro 2).

Assim, após uma breve caracterização realizada, torna-se o referido acervo objeto desta pesquisa, para que seja analisado, descrito e organizado dentro da teoria arquivística, e atinja seu principal fim: a disponibilização.

Quadro 2 – Caracterização do Acervo IESOL

	COSTUR. OPORT.	VERDE ESP.	ATIART	FEIRAS SOL.	PALHA PONTA
Entrevistas	X	X	X	X	X
Fotos	—	X	X	X	—
Fichas cadastrais	X	X	—	X	—
Estatutos	X	X	—	X	X
Listas de presença	X	X	X	X	X
Relatórios de acompanhamento	X	X	X	X	X
Diagnósticos	X	X	X	X	X
Projetos de parcerias	X	X	X	—	—
Clippings/ Folders/ Jornais	X	X	X	X	X
Pautas para reuniões/ planej.	X	—	—	X	—
Ofícios	X	—	X	—	—
Etiquetas p/ produtos	—	—	—	X	—
Documentos diversos	X	X	X	X	X

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO DO ACERVO IESOL

*Um fundo de arquivo é um universo arqueológico a identificar, balizar, ordenar, descrever e analisar.
Heloisa Bellotto*

2.1 Princípios da arquivologia e a experiência da sistematização

Deparando-se com a vasta documentação produzida pelos grupos acompanhados pela IESOL e pelo riquíssimo conteúdo desta, faz-se necessária a organização do acervo, tanto para facilitar o acesso à informação das equipes de incubação, como para destacar à comunidade acadêmica, fontes de pesquisa em diversas áreas de conhecimento, principalmente, em história social.

No âmbito dos estudos ligados à teoria e prática de arranjo documental e organização de arquivos, parte-se de um ponto para a sistematização do acervo da IESOL: o ordenamento da documentação. Esta ordenação ocorre a partir do conhecimento dos tipos documentais existentes, de sua catalogação, para que somente depois, sejam elaborados os instrumentos de pesquisa, ou seja, ferramentas de busca que agem como verdadeiros desencadeadores da pesquisa. A partir deles podemos identificar, rastrear e localizar dados, afinal descrevem o documento, fornecendo muitas informações sobre ele²⁹.

Após estudos realizados sobre definições da descrição e arranjo do acervo, percebe-se uma situação bastante peculiar: como classificar a IESOL/UEPG como meio institucional de custódia e disseminação de informação científica, tecnológica, cultural e social, os quais arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus são responsáveis?

Sabe-se que todas essas instituições possuem a mesma finalidade, isto é, recuperar e preservar a informação em benefício da sua divulgação, mas este objetivo diferencia cada uma delas pela aplicação de procedimentos técnicos específicos a materiais de distintas origens.

²⁹ GOMES, op. cit., pp. 4-21.

Para melhor entender esta diferenciação, parte-se de um elemento comum e primeiro: o documento. Segundo uma conceituação clássica e genérica, apresentada pela historiadora e arquivista Heloísa Bellotto:

Documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tecla, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos pela atividade humana³⁰.

A referida autora evidencia, assim, a enorme abrangência do que seja um documento e ainda atribui o processo de fornecer informações a partir de dados existentes em qualquer tipo de suporte*, à área comum dos profissionais das chamadas ciências da informação, ciências documentais ou ainda ciências documentárias.

Bellotto afirma ainda, que:

Recolher, tratar, transferir, difundir informações é o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, e que a partir de material diverso, através de mecanismos técnicos completamente distintos, essas instituições devem estar aptas a cobrir, da maneira mais completa possível, um campo de investigação³¹.

A forma ou função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e destino de armazenamento, ou seja, é a razão de sua origem e de seu emprego que vai determinar sua condição de documento de arquivo, museu, biblioteca ou centro de documentação.

As distinções entre essas instituições produzem-se, portanto, a partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo do documento a ser preservado. A biblioteca, por exemplo, armazena documentos impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica; o arquivo, bastante abrangente, preserva material de uma gama infinitamente variável (cartas, relatórios de empresas, processos, etc.), oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções; e o museu, os objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional³².

³⁰ BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.35.

* Material sobre o qual as informações são registradas, como por exemplo: papel, fitas magnéticas, CDs, etc.

³¹ Id.

³² Id. p.36.

Os fins, em se tratando de bibliotecas e museus, são didáticos, culturais, técnicos ou científicos; e o de arquivos, administrativos e jurídicos, passando, a longo prazo, a “históricos”.

Os centros de documentação, por sua vez, no que se refere a origem, à produção e aos fins do material que armazenam representam um somatório de todas anteriormente citadas. Isto se deve, porque eles assimilam as características destas instituições ao definir sua finalidade: informar, com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico, conforme a natureza do material produzido ou referenciado.

Após a observação de todas essas diferenciações, percebe-se a impossibilidade de incluir a IESOL dentro de qualquer uma destas modalidades de instituições arquivistas, afinal, ela não foi criada especificamente para atuar na recuperação e divulgação de informações.

No âmbito dos arquivos, permite-se então, equiparar a IESOL a uma empresa. Entretanto, não a uma empresa comum, ou como se pode definir capitalista, que almeja a obtenção de lucro a partir da venda de seus produtos ou serviços. Diferentemente desta, não possui fins lucrativos e tem como meta promover a economia solidária e o desenvolvimento social e econômico dos empreendimentos que acompanha.

Esta comparação torna-se pertinente porque a maioria das empresas mantém arquivos administrativos em suas dependências, assim, estas experiências podem auxiliar na sistematização do acervo da IESOL.

Fala-se em auxílio porque a arquivologia não dispõe de códigos e tabelas universais preestabelecidos de classificação, arranjo e descrição. Ao contrário da biblioteconomia, ela não trabalha com documentos múltiplos e nem com tipologias uniformes, passíveis de se submeterem a uma estrita normalização de processamento técnico. No entanto, não se pode dizer que a arquivística não tenha doutrina ou metodologias próprias, afinal, ela é dotada de princípios gerais que possibilitam o entendimento entre seus profissionais e entre estes e os usuários dos acervos³³.

³³ BELLOTTO, op. cit. p.13.

Infelizmente, a gestão de documentos ou administração das informações poucas vezes está presente no planejamento global das instituições³⁴, mas quando praticadas, proporcionam grandes resultados na relação custo/benefício de se manter uma boa estrutura de arquivo. Além de agilizar o processo de alcance das informações, controla o aumento indiscriminado do acervo documental, situação bastante comum em empresas de grande porte³⁵

Ao tratar da função arquivística nas empresas, Heloísa Bellotto implica a relação direta existente entre administração e história. Para a autora:

A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam documentos produzidos ou recebidos durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são na realidade, os mesmos válidos posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes³⁶.

Dessa forma, evidencia o ciclo vital dos documentos administrativos que compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada as razões pelas quais foram criados. A permanência de tais documentos neste tipo de arquivo depende de sua tipologia/função e vigência, mas pode ser generalizada em um período de cinco a dez anos, para que então, possa ser considerado pertencente à outra idade.

A segunda fase, denominada de arquivo intermediário, é aquela em que os papéis ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser usados pelo seu produtor. Os documentos permanecem neste arquivo pelo prazo aproximado de vinte anos e é justamente neste período que eles são submetidos às tabelas de temporalidade*, que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologia e função. Essas tabelas fixam critérios e

³⁴ BERWANGER, Ana Regina. Arquivos empresariais. **Anais do VI, VII e VIII Encontro Catarinense de Arquivos**. Blumenau/ Florianópolis/ Jaraguá do Sul: Associação de Amigos do Arquivo Público... [ET AL]. 1994/96/98. pp. 16-17.

³⁵ GHANEM, Valéria. FERNANDES, Leonita. Organização do arquivo da assessoria jurídica das empresas Portobello. AECA. **Anais do VI, VII e VIII Encontro Catarinense de Arquivos**. Blumenau/ Florianópolis/ Jaraguá do Sul: Associação de Amigos do Arquivo Público... [et al]. 1994/96/98. pp. 172-177.

³⁶ BELLOTTO, op. cit. p.23.

* De acordo com Bellotto, as tabelas de temporalidade são redigidas por comissões de avaliação, nas quais os arquivistas contam com a assessoria de administradores, juristas e historiadores. Tais tabelas baseiam-se na legislação em geral, nas normas internas da empresa ou órgão e, sobretudo na própria finalidade dos documentos em questão. Op.cit. p.24.

justificativas para que se possam eliminar certos papéis desnecessários ao órgão de origem e sem interesse para a pesquisa histórica. Os que restarem são de valor permanente ou histórico.

A terceira idade inicia-se a partir dos vinte e cinco ou trinta anos (segundo a legislação) contados da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação. Após o recolhimento eles são conduzidos a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes.

Dessa maneira, verifica-se no arquivo da IESOL outra peculiaridade: o nascimento do acervo permanente ocorre no mesmo momento em que os documentos são produzidos na administração, tornando impossível classificá-los como pertencentes a uma idade específica. Portanto, surge com caráter de primeira idade, mas na verdade seus documentos podem ser considerados históricos, possibilitando até a consulta para pesquisas desse fim. Também não se classifica como intermediário, porque este, não prevê o descarte.

Esta posição, juntamente com outras favoráveis ou não, dá origem a uma série de problemas terminológicos e conceituais, que refletem em cisões nas tradições arquivísticas, mostrando bem as dificuldades para se estabelecer uma disciplina arquivística internacional³⁷.

No entanto, o fato é que, independente de sua idade, os documentos do acervo oferecem “dados”, que permanecem armazenados até que a pesquisa os resgate e os transforme em “informações”, demonstrando como se efetuaram as relações e permitindo assim, sua análise, síntese, crítica e explicação.

As atividades clássicas da administração – prever, organizar, comandar, coordenar e controlar – não se efetuam sem documentos. Quanto mais informados estiverem os dirigentes de uma empresa sobre um determinado assunto, melhor e mais completamente poderão decidir sobre ele. Verifica-se aí, genericamente, o motivo de não se dispensar o uso de arquivo, possibilitando-o de cumprir sua função de assessoria informacional. Mas, para que as atividades administrativas aconteçam, uma empresa necessita de mais documentação do que ela mesma produz: requer legislação, dados econômicos, sociais, políticos, etc., que são

³⁷ FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.53.

fornecidos por outros órgãos ou unidades, voltados para a informação técnico-científica³⁸.

Em se tratando do acervo que é objeto deste estudo, observa-se que a massa documental produzida pela IESOL é superior a documentação agregada, ou seja, recolhida nos grupos incubados. Ao examinar a diferença das proporções, apesar da pequena quantidade, não se pode deixar de destacar a presença significativa deste material, constituído por fotografias dos trabalhadores, jornais, clippings, folders, enfim, documentos que nos permitem entender um pouco mais a dinâmica das relações e a trajetória deles até o momento.

Outro fato, bastante relevante, a respeito do acervo da IESOL e que deve ser constantemente observado, é que este faz parte de um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, portanto, atua como unidade administrativa vinculado diretamente a ela. Assim, além de apresentar como uma de suas características a proposta de trabalho que envolve a reunião, preservação e organização de conjuntos documentais, coloca parte deste acervo disponível à consulta, permitindo a realização tanto do trabalho das equipes de incubação, como servindo de apoio às pesquisas realizadas por alunos e docentes da comunidade acadêmica.

Para Célia R. Camargo, que discute a relação entre arquivos, centros de documentação e universidades:

A necessidade de constituir bases sólidas de informação impõe-se no mundo contemporâneo, como condição indispensável ao desenvolvimento científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional³⁹.

Dessa forma justifica-se a sistematização do acervo da IESOL, que além de ampliar as possibilidades do exercício da cidadania, fomentando a economia solidária, serve como base para a construção do conhecimento científico, operando como uma das possibilidades de sua transformação em conhecimento público, por meio do acesso democratizado à informação especializada.

Sabe-se que um arquivo é formado por documentos produzidos pelos vários órgãos de uma administração de um mesmo nível, e esses documentos, dentro de

³⁸ BELLOTTO, op. cit. p.25.

³⁹ CAMARGO, Célia R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999. p.49.

seus níveis administrativos, guardam entre si, relações orgânicas que devem ser obrigatoriamente respeitadas.

O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador, reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é à base da *teoria de fundos*, responsável pela organização dos arquivos permanentes⁴⁰.

De acordo com Bellotto:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas funções e atividades guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim⁴¹.

Partindo dessa premissa, os documentos de uma determinada unidade administrativa não devem ser separados para efeitos de organização sob nenhum pretexto. Exclui-se, assim, o sentido de coleção: documentos reunidos obedecendo a critérios científicos, artísticos, de entretenimento ou quaisquer outros que não os funcionais/administrativos.

Portanto, para a organização do acervo estudado, estabelecem-se os grupos de trabalhadores acompanhados como fundos de arquivo, afinal, contêm documentos provenientes de uma mesma unidade. São elencados ainda, como elementos norteadores do arranjo, a estrutura e o funcionamento da administração.

O arranjo, que nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes é comandado pela estrutura e pelo funcionamento da administração. Podemos considerar o arranjo, a acomodação que se faz à classificação efetuada anteriormente.

Segundo Janice Gonçalves, no meio arquivístico brasileiro, foi consagrada a distinção entre classificação e arranjo. De acordo com esta, *classificação* corresponde às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir das análises das funções e atividades do organismo produtor de arquivos. O *arranjo*, por sua vez, englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente. Em ambos os

⁴⁰ BELLOTTO, op. cit. p.28.

⁴¹ _____. Identificação de fundos. **Arquivo Rio Claro**. Rio Claro/SP: nº 3. p.64. jul.1984.

casos, porém, o procedimento básico é o mesmo: definir grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão, no período recoberto pela documentação a ser organizada⁴².

Ainda, como decorrência da distinção tradicional de classificação e arranjo, os esquemas ou quadros gerais que os expressam costumam ser denominados diferentemente: *plano de classificação* (para documentos de caráter corrente) e *quadro de arranjo* (para documentos de caráter permanente). E da mesma forma, como citado anteriormente, ambos têm a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação, mas vale destacar que, no caso da documentação permanente, as classes ganham nomes específicos: grupos, subgrupos e séries⁴³.

Outro procedimento técnico arquivístico de extrema importância, é a ordenação. Tanto a classificação/arranjo quanto a ordenação estão a serviço da organização de documentos, e é bastante conveniente que estejam articuladas para que a organização possa resultar eficiente.

O objetivo da classificação/arranjo é basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. Mas deve-se entender, que antes de tudo, ela é lógica, ou seja, a partir da análise do organismo produtor, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções detectadas.

Quanto à ordenação, seu objetivo básico é facilitar e agilizar a consulta aos documentos, pois mesmo no que se refere a uma mesma atividade, e em relação a um mesmo tipo documental, os documentos atingem um volume significativo. A adoção de um ou mais critérios de ordenação para uma série documental permite evitar, em princípio, que para a localização de um único documento, seja necessária a consulta de dezenas ou centenas de outros⁴⁴.

No caso específico do acervo IESOL, optou-se pela adoção do critério cronológico dentro das séries, sendo este, considerado o mais adequado à

⁴² GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer: v.2). p.11.

⁴³ Id. p.14.

⁴⁴ Id. p.12.

reconstituição da trajetória do arquivo no processo histórico⁴⁵. Em documentos não datados, a ordenação utilizada é a alfabética.

Dessa maneira, o arranjo em fundos torna o arquivo organizado e lógico, mas a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores. Não se trata mais da utilização do documento pelo produtor, ligado à própria razão de ser do ato escrito consignado no documento; a descrição destina-se aquele cuja tarefa é explorar o que restou, após ter-se cumprido a finalidade administrativa ou jurídica do ato. Abre-se uma potencialidade informacional infinitamente mais ampla do que a estrita razão funcional que motivou a geração do documento.

O processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. Heloísa Bellotto afirma que:

Como os depósitos de arquivos, obviamente, nunca são de livre acesso, seu potencial de informações só chega ao usuário via instrumento de pesquisa. A massa de informações contidas em um arquivo só tem utilidade quando instrumentos de pesquisa que permitam o acesso a ela são difundidos entre os usuários. Portanto, a partir do arranjo, as tarefas operacionais, são obrigatoriamente, a descrição e disseminação de informação. Só assim se chega à exploração de fundos⁴⁶.

As autorias, a caracterização das tipologias de documento, a função implícita, os assuntos, as datas (tópica e cronológica) são fornecidos pela descrição dos documentos. Assim, após esta operação, o arquivista poderá em seus inventários, catálogos e índices, preocupar-se em propiciar aos historiadores os elementos identificadores e rastreadores de informações. Isto porque, não sendo a estrutura e o funcionamento da administração do conhecimento dos profissionais de história, e demais pesquisadores, eles necessitam desses instrumentos de pesquisa como mediadores⁴⁷.

Os instrumentos de pesquisa são, em essência obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou unidades documentais existentes em um arquivo. Há instrumentos de pesquisa genéricos e globalizantes, como os guias, há os parciais, que são detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo, como os

⁴⁵ GOMES, op. cit. p.52.

⁴⁶ BELLOTTO. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Op. cit. p.179.

⁴⁷ Id. p.29.

inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices, e há também a publicação de documentos na íntegra, a chamada “edição de fontes”.

Vale lembrar que existem ainda os instrumentos de uso interno, que orientam e subsidiam o trabalho do arquivista quanto ao arranjo e à descrição dos documentos, como as listagens que acompanham os recolhimentos; os esquemas da evolução administrativa; os organogramas usuais dos órgãos cuja produção documental se deve recolher; os quadros gerais de fundos, grupos e séries; as tabelas de temporalidade, usadas originariamente nos arquivos centrais e intermediários, etc.

Quanto aos instrumentos de pesquisa por definição, aqueles destinados ao público como meio de acesso informacional ao acervo, eles devem constituir uma espécie de família hierárquica, na qual o guia ocupa o vértice. Tendo um guia geral, o arquivo poderá dispor do tempo necessário para ir efetivando, criteriosamente, seus trabalhos de descrição parcelada.

Bellotto contextualiza que:

Um instrumento de pesquisa incompleto pode esterilizar uma pesquisa, uma vez que o consulente não tem acesso ao acervo e que nenhum meio de busca será feito, dada a vastidão da documentação a ser descrita. (...) Só um arquivo, munido de um guia geral de fundos, inventários e catálogos parciais, e cuja equipe de arquivistas possa preparar em tempo razoável catálogos seletivos e edições de textos, quando pertinentes, estará cumprindo sua função junto à comunidade científica e ao meio social de que depende e a que serve.⁴⁸

Assim, após várias reflexões sobre a teoria arquivista, onde foram pontuadas peculiaridades do acervo trabalhado, formulou-se uma proposta de sistematização adotando determinados procedimentos, tidos como adequados, para estruturar e organizar a documentação.

Com o levantamento de todo o material torna-se possível a elaboração do quadro de arranjo, onde os grupos incubados pela IESOL são considerados fundos de arquivo. Anteriormente, foram realizadas algumas tentativas de organização do acervo, mas sem qualquer tipo de reflexão sobre a arquivologia, dessa maneira, os documentos não se encontravam tão dispersos, mas separados em caixas-arquivo devidamente identificadas com o nome do grupo a que pertencem.

A exemplo do trabalho de Josélia Gomes, na organização do acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha (também pertencente à UEPG), definido o

⁴⁸ BELLOTTO. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Op. cit. p.178.

arranjo, inicia-se a fase de análise documental, com a intenção de classificar e ordenar a documentação. Atuando com atividades semelhantes, elaborou-se um roteiro metodológico para realizar o diagnóstico documental, partindo de duas ações fundamentais no processo⁴⁹.

A primeira consiste na leitura minuciosa das unidades documentais, com a intenção de verificar a origem, natureza e função do documento; identificar as datas-limite; e a existência de cópias. A segunda ação inicia-se com a classificação das unidades documentais segundo suas séries e sub-séries.

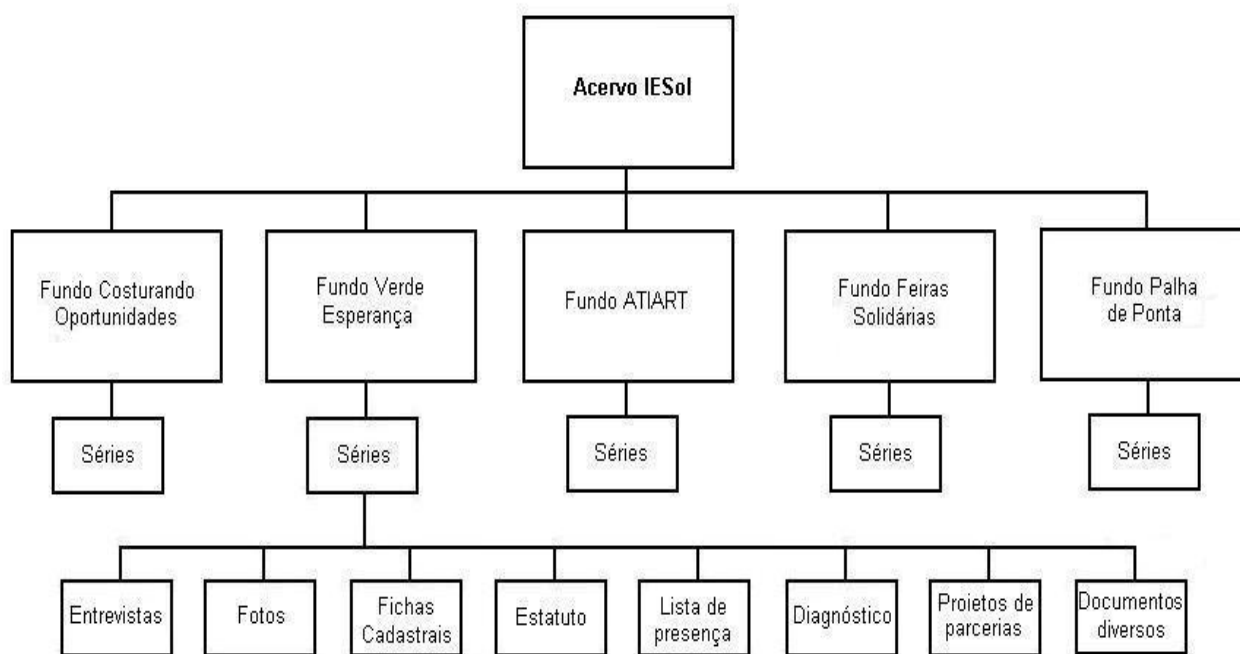
Ao analisar a documentação, percebe-se uma imensa diversidade no material, entretanto, podem-se identificar algumas semelhanças nos conjuntos documentais e funções. Reforça-se neste momento a teoria dos fundos, pois, apesar de quase todos os grupos apresentarem uma série denominada LISTAS DE PRESENÇA, estas não foram mescladas entre si, obtendo cada qual um tratamento arquivístico diferenciado e, conseqüentemente, a preservação de sua organicidade, ou seja, a manutenção em seu fundo específico.

Dessa maneira, a organização dos fundos baseada no método de arranjo estrutural/ funcional continuou por meio da identificação cada vez mais apurada dos tipos documentais, ou seja, de acordo com a configuração assumida pelo documento, conforme a atividade que o gerou, para que assim fosse possível a constituição de séries (seqüências de documentos com características semelhantes e geradas por mesma função ou atividade).

A formulação do quadro de arranjo estabeleceu-se da seguinte maneira:

⁴⁹ GOMES, op. cit. p. 52.

Figura 1 – Plano de arranjo do Acervo IESOL



Os fundos constituem a primeira divisão do acervo e correspondem aos grupos acompanhados pela IESOL:

- Fundo Associação Costurando Oportunidades;
- Fundo Associação de Jardinagem Verde Esperança;
- Fundo ATIART (Associação Tibagiana de Artesanato);
- Fundo Feiras Solidárias; e
- Fundo Palha de Ponta.

As séries, por sua vez, constituem as divisões dos fundos e correspondem aos tipos documentais. Elas ressaltam os aspectos comuns dos documentos agrupados, justificando sua posição dentro do quadro de arranjo e possuem alguns critérios de ordenação estabelecidos em seu interior (cronológico e alfabético, por exemplo).⁵⁰ São elas:

⁵⁰ FERNANDES, Simone Silva. Arquivos permanentes de movimentos sociais: novos procedimentos de arranjo e descrição. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP/ FAPESP, 1999. pp.131-138.

- Série Entrevistas;
- Série Fotos;
- Série Fichas cadastrais;
- Série Estatutos;
- Séries Listas de presença;
- Série Relatórios de acompanhamento;
- Série Diagnósticos;
- Série Projetos de parcerias;
- Série Clippings/ Folders/ Jornais;
- Série Pautas para reuniões;
- Série Ofícios;
- Série Etiquetas; e
- Série Documentos diversos.

É interessante observar que os tipos documentais existentes no acervo enquadram-se nesta divisão, porém, nem todos os fundos apresentam documentos que preencham esses quesitos.

Neste exato momento, o instrumento de pesquisa torna-se vital para o processo historiográfico, afinal, é através dele que se detecta o material de interesse, dado aos historiadores pelos arquivistas⁵¹. Todavia, torna-se válido acrescentar que o tempo dedicado ao tratamento e trabalho com documentos/fontes (até mesmo em sua formação) pelos historiadores, fornecem bases para que possam atuar no campo profissional da arquivologia, não como arquivistas, mas como profissionais de acervos⁵².

Esta situação é bastante corrente e reflete-se na construção deste trabalho, onde uma futura historiadora exerce tal atividade de organização e elaboração de instrumentos de pesquisa, capazes de fornecer maior conhecimento sobre o material que constitui esse arquivo.

⁵¹ BELLOTTO. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Op. cit. p.104.

⁵² BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Arquivos e documentos textuais: antigos e novos desafios. In: **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.31, jan./jun. 2002. p.197.

INVENTÁRIO SUMÁRIO

1. FUNDO ASSOCIAÇÃO COSTURANDO OPORTUNIDADES – CARAMBEÍ / PR

1.1 Série Entrevistas

As entrevistas realizadas em todos os grupos contemplam a temática da história de vida de cada indivíduo. Foram gravadas em fitas cassetes encontrando-se transcritas.

DATA	COLABORADOR(A)	ENTREVISTADOR(A)
14/08/2006	Regiane Mendes de Freitas	Andrea Paula dos Santos
22/08/2006	Hilda Gomes Prado	Andrea Paula dos Santos
02/10/2006	Divanir do Rosil Gomes Bonfim	Josiane Belani e Karla Beatriz Roesler
02/10/2006	Marilene Carneiro Ribeiro	Andrea Paula dos Santos
27/11/2006	Inês Soares Martins	Josiane Belani
Sem data	Maria Madalena N. Lima	Não identificada
Sem data	Maria Marta Dias	Marcos Paulo Dambrós e Karla Beatriz Roesler
Sem data	Zulma Ribeiro de Farias	Marina Monteiro

1.2 Série Fichas cadastrais

Estas fichas individuais contém informações pessoais dos participantes da associação e em algumas, encontram-se relacionadas às atividades desenvolvidas por eles junto ao empreendimento.

MEMBROS
1- Ana da Silva Ribeiro
2- Divanir do Rocio Gomes Bonfim
3- Ilda Gomes Prado
4- Inez Soares Martins
5- Maria de Lourdes Pinheiro
6- Maria Ilda Gomes de Bonfim
7- Maria Madalena Nascimento Lima
8- Maria Marta Dias
9- Marilene Carneiro Ribeiro
10-Nilce Aparecida de Oliveira Franco
11-Rosélia Aparecida Xavier da Silva
12-Zulma Ribeiro de Farias

1.3 Série Estatutos

DATA	ASSUNTO
07/12/2005	Estatuto Social da Associação de Costureiras de Carambeí - documento impresso, cópia do original (2) registrado em cartório contendo 10 páginas.

1.4 Série Listas de presença

DATA	Nº DE PRESENTES
08/05/2006	8 Em anexo, está o questionário elaborado para realização do diagnóstico local.
16/05/2006	20
22/05/2006	8
29/05/2006	11
12/06/2006	19
10/07/2006	10
17/07/2006	18
24/07/2006	13
31/07/2006	10
07/08/2006	10
20/09/2006	16
25/09/2006	10
06/11/2006	16

1.5 Série Relatórios de acompanhamento

Esses relatórios, em sua maioria, descrevem o andamento do processo de incubação a cada reunião realizada com o grupo. São dotados de impressões pessoais dos relatores, constituindo um verdadeiro “diário de bordo” da equipe para facilitar a intervenção.

DATA	OBSERVAÇÕES
02/05/2006	Composto por 3 páginas, sendo encontrada uma cópia.
29/05/2006	Contém 1 página e em anexo, encontra-se o material utilizado para a formação em economia solidária nesta reunião (3 pág.)
10/07/2006	Contém 4 páginas e em anexo encontra-se o material utilizado na formação com os participantes.
24/07/2006	Contém 1 página e diferentemente dos anteriores (impressos), este foi manuscrito.
31/07/2006	Composto por 1 página.
06/11/2006	Composto por 2 páginas manuscritas.

1.6Série Diagnósticos

DATA	ASSUNTO
19/09/2006	Diagnóstico preliminar de consultoria referente à assessoria contábil-jurídica. Foi elaborado com o objetivo de analisar o estatuto social da associação para viabilizar a emissão de nota fiscal por esta, mediante sua produção. Documento impresso, 4 págs.

1.6Série Projetos de parcerias

DATA	ASSUNTO
Agosto/2006	Projeto de parceria entre a IESOL/UEPG e a Prefeitura Municipal de Carambeí, com a finalidade de acompanhar os trabalhadores da associação Costurando Oportunidades nos processos de pré-incubagem e incubagem. Este documento encontra-se gravado em um cd.

1.7Série Clipping/ folders/ jornais

DATA	TIPO	TÍTULO / FONTE
Junho/2006	Jornal	O Moinho: jornal dos funcionários da Batávia S.A. nº 150.
Julho/2006	Jornal	O Moinho: jornal dos funcionários da Batávia S.A. nº 151.
Agosto/2006	Jornal	O Moinho: jornal dos funcionários da Batávia S.A. nº 152.
Sem data	Folder	Sacoleco: Ação solidária que associa

1.8Série Pautas para reuniões / Planejamento

DATA	OBSERVAÇÕES
26/06/2006	Contém algumas ações a serem desenvolvidas pelo grupo. Em anexo, há uma fábula trabalhada na reunião. Documento impresso, contendo 6 páginas.

1.9Série Ofícios

DATA	ASSUNTO
Sem data	Modelo de ofício solicitando às empresas, que respondam um questionário que subsidie o trabalho de incubação da Associação Costurando Oportunidades pela IESOL/UEPG. Questionário em anexo. Há 10 cópias.

1.10 Série Documentos diversos

DATA	ASSUNTO
05/07/2006	Relatório de reunião realizada com autoridades envolvidas no projeto de incubação, como o reitor da UEPG, o prefeito de Carambeí, o presidente da Associação Costurando Oportunidades, representantes do PROVOPAR e da IESOL. Documento impresso, contendo 2 páginas.
04/12/2006	Avaliação comunitária respondida por alguns membros da associação, podendo subsidiar alterações no projeto de incubação. Há quatro questionários, preenchidos pelos membros listados a seguir: Divanir Gomes Bonfim, Marilene Carneiro Ribeiro, Maria Marta Dias e Zulma Ribeiro Lima.
Sem data	Cópia do estatuto social da Associação Carambiense dos Catadores de Papel. Documento impresso, registrado em cartório, contendo 7 páginas.

2. FUNDO ASSOCIAÇÃO DE JARDINAGEM VERDE ESPERANÇA – PONTA GROSSA / PR

2.1 Série Entrevistas

DATA	COLABORADOR(A)	ENTREVISTADOR(A)
26/11/2005	Amilton Menezes de Lara	Élcio Fernando Pedroso e Marcos Paulo Dambrós
27/11/2005	Gelson Cordeiro de Lima	Élcio Fernando Pedroso e Marcos Paulo Dambrós
29/11/2005	Paulo Henrique Valache	Élcio Fernando Pedroso
Sem data	Reginaldo Luiz Dias	Élcio Fernando Pedroso e Marcos Paulo Dambrós

2.2 Série Fotos

DATA	ASSUNTO
Mai/ 2005	1 cd contendo 9 fotos (formato JPEG) que se referem a sede da associação e uma reunião realizada nesta.

2.3 Série Fichas cadastrais

Folha manuscrita, representando uma listagem, contendo 6 pessoas participantes do grupo, incluindo endereços e telefones para contato.

MEMBROS
1- Amilton Menezes de Lara
2- Gelson Cordeiro de Lima
3- Iolanda de Jesus Batista
4- Jonildo Martins
5- Paulo Henrique Valache
6- Reginaldo Luiz Dias

2.4 Série Estatuto

DATA	ASSUNTO
Sem data	Estatuto social da Associação Verde Esperança – documento impresso, cópia do original, registrado em cartório e contendo a assinatura de alguns membros. Contém 5 páginas e há 2 cópias.

2.5 Série Listas de presença

Neste grupo, especificamente, foi encontrada apenas uma lista de presença, manuscrita.

DATA	Nº DE PRESENTES
25/11/2005	9

2.6 Série Diagnósticos

DATA	ASSUNTO
25/04/2005	Diagnóstico elaborado pela assistência técnica prestada ao empreendimento contendo a identificação completa do grupo, aspectos gerais da realidade local e quadro social dos trabalhadores participantes, além de providências ou novas orientações a serem seguidas. Anexo a este documento, há uma cópia da nota fiscal da associação Verde Esperança, 1 cópia da lista de presença da reunião realizada em 25/11/2005 e 2 cópias do estatuto social.

2.7 Série Projetos de parcerias

DATA	ASSUNTO
Março/2006	Projeto-piloto de parceria entre a IESOL/UEPG e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, com a finalidade de acompanhar os trabalhadores da associação Verde Esperança no processo de pré-incubagem. Documento impresso, contendo 6 páginas.

2.8 Série Clipping/ Folders/ Jornais

DATA	TIPO	TÍTULO / FONTE
12/10/2005	Clipping	Associação “Verde Esperança” promove comercialização de mudas. Jornal Diário da Manhã, Caderno Cidades, p. 8.

2.9 Série Documentos diversos

DATA	ASSUNTO
Agosto/2004	Projeto proposto à ITCP/UFPR, de curso para capacitar jardineiros metropolitanos da Cooperativa 21, contendo toda a programação e carga horária necessária para sua realização. Documento impresso, contendo 9 páginas. Anexo a este projeto, há um cartão de visita do núcleo de desenvolvimento sustentável Fonte Cristal.
Sem data	1 Nota fiscal de prestação de serviços da associação Verde Esperança.

3. FUNDO ASSOCIAÇÃO TIBAGIANA DE ARTESANATO TIBAGI / PR

3.1 Série Entrevistas

DATA	COLABORADOR(A)	ENTREVISTADOR(A)
29/08/2006	Agnes	Andrea Paula dos Santos
13/09/2006	Leri	Andrea Paula dos Santos
20/09/2006	Francíria Maria Gomes Santos	Andrea Paula dos Santos
20/09/2006	Jairo	Shana Eloísa Christiano
25/09/2006	Carmem Lemos da Silva	Andrea Paula dos Santos
25/09/2006	Eloína	Shana Eloísa Christiano
25/09/2006	Neli Aparecida Rodrigues	Andrea Paula dos Santos
25/09/2006	Rosney de Oliveira Silva	Andrea Paula dos Santos
27/09/2006	Clarita	Shana Eloísa Christiano
27/09/2006	Elisabete Annes de Almeida	Andrea Paula dos Santos
27/09/2006	Guilhermina	Andrea Paula dos Santos
27/09/2006	Neiva dos Santos Rodrigues	Andrea Paula dos Santos
27/09/2006	Sueli	Shana Eloísa Christiano
11/10/2006	Zeni	Shana Eloísa Christiano
18/10/2006	Jonice Machado Prestes	Andrea Paula dos Santos
25/10/2006	Carina Santos	Andrea Paula dos Santos
Sem data	Irene	Não identificado
Sem data	Judite	Não identificado
Sem data	Zeli	Shana Eloísa Christiano

3.2 Série Fotos

DATA	ASSUNTO
Agosto/2006	1 cd contendo 587 fotos (formato JPEG) que se referem à ATIART e todos os seus produtos. Muitas dessas fotos foram utilizadas no projeto de catálogo elaborado para a associação.

3.3 Série Listas de presença

DATA	Nº DE PRESENTES
16/08/2006	25
28/08/2006	13
13/09/2006	15
20/09/2006	14
25/09/2006	11
27/09/2006	9
11/10/2006	9
18/10/2006	7
25/10/2006	9
22/11/2006	24

3.4 Série Relatórios de acompanhamento

Os relatórios de acompanhamento desse grupo, em especial, contêm os temas abordados na reunião, os nomes das pessoas presentes da equipe IESOL e algumas observações, sempre com data estabelecida para o próximo encontro. Todos os relatórios são compostos por apenas 1 página, e as listas de presença da reunião estão anexadas.

DATA	OBSERVAÇÕES
16/08/2006	Documento impresso, contém 1 página.
29/08/2006	Documento impresso, contém 1 página.
13/09/2006	Documento impresso, contém 1 página.
20/09/2006	Documento impresso, contém 1 página.
25/09/2006	Documento impresso, contém 1 página.
27/09/2006	Documento impresso, contém 1 página.
11/10/2006	Documento impresso, contém 1 página.
18/10/2006	Documento impresso, contém 1 página.
25/10/2006	Documento impresso, contém 1 página.
22/11/2006	Documento impresso, contém 1 página.

3.5 Série Diagnósticos

DATA	ASSUNTO
13/10/2006	Diagnóstico elaborado pela equipe de incubação contendo identificação do empreendimento, breve histórico do mesmo, resumo da situação e indicação de continuidade do trabalho com o grupo em função de suas necessidades. Documento impresso, contendo 5 páginas.

3.6 Série Projetos de parcerias

DATA	ASSUNTO
18/10/2006	Projeto de parceria proposto pela IESOL/UEPG a Prefeitura Municipal de Tibagi, com a finalidade de acompanhar os trabalhadores da Associação Tibagiana de Artesanato no processo de pré-incubagem. Documento impresso, contendo 5 páginas

3.7 Série Clipping/ folders/ jornais

DATA	TIPO	TÍTULO / FONTE
Sem data	Folder	ATIART: a nossa associação é um ponto turístico
Sem data	Folder	Rota dos Tropeiros – Paraná/ Brasil
Sem data	Folder	Tibagi: roteiro turístico
2006	Catálogo	Solidarium: catálogo de produtos do comércio ético e justo.

3.8 Série Ofícios

DATA	ASSUNTO
2006	Convite enviado à ATIART, para participar da feira solidária realizada durante o XV Encontro Anual de Iniciação Científica e VI Encontro de Pesquisa da UEPG

3.9 Série Documentos diversos

DATA	ASSUNTO
Sem data	Leitura de arte... Documento impresso, produzido por um artesão (Rosney), explicando sua arte (uma escultura específica). Contém 5 páginas e várias imagens da escultura.
Sem data	Proposta de roteiro para catálogo, elaborado pela equipe IESOL para ATIART. Contém várias fotos dos produtos e observações a respeito dos mesmos. Documento impresso, contendo 15 páginas.
Sem data	Tibagi: esportes de aventura. Cd interativo sobre esportes radicais

em Tibagi.

4. FUNDO FEIRAS SOLIDÁRIAS – PONTA GROSSA / PR

4.1 Série Entrevistas

DATA	COLABORADOR(A)	ENTREVISTADOR(A)
05/09/2006	Iracy Terezinha Chinegosky Costa	Andrea Paula dos Santos
18/11/2006	Ariane	Marcos Paulo Dambrós
18/11/2006	Inez do Rocio Corrêa	Marcos Paulo Dambrós
18/11/2006	Karla	Andressa Maravieski
23/11/2006	Maria Helena	Marcos Paulo Dambrós
Novembro/2006	Maria Alice Santos de Oliveira	Marcos Paulo Dambrós e Lillian C. Cruvinel Torres
Sem data	Jussara	Andressa Maravieski
Sem data	Maria José	Marcos Paulo Dambrós
Sem data	Sueli	Marcos Paulo Dambrós
Sem data	Vanda	Não identificado
Sem data	Waldimir	Marcos Paulo Dambrós

4.2 Série Fotos

DATA	ASSUNTO
Sem data	1 cd contendo 74 fotos (formato JPEG) referente às Feiras Solidárias e seus produtos.

4.3 Série Fichas cadastrais

MEMBROS
1- Maria Geneci Tavares Possebom
2- Maria Alice Santos de Oliveira
3- Noemi de Oliveira
4- Vilma Regina Shemeberg Grachinski

4.4 Série Estatuto

Neste grupo, não houve a elaboração de um estatuto social, mas os feirantes assinaram um termo de compromisso, comprometendo-se com algumas regras para participar do grupo. Serão listados aqui, tais participantes e a data na qual assinaram o documento:

DATA	FEIRANTE
02/07/2006	Aurea Scheilol
02/07/2006	Maria José Marcondes
02/07/2006	Tereza Maria Amaral Spitzner
02/08/2006	Adélia de Freitas Ribeiro
02/08/2006	Adenilsa Ap. Cerqueira Carvalhais
02/08/2006	Andreia Ap. Rocha Ribeiro
02/08/2006	Ângelo Carlos Oliveira
02/08/2006	Gilso B. dos Santos
02/08/2006	Glaci G. Almeida
02/08/2006	Inez do Rocio Corrêa
02/08/2006	Iracy Terezinha Chineskosky Costa
02/08/2006	Ivone da Silva
02/08/2006	Jacinta Marcia Iambronski
02/08/2006	Luciana Martins
02/08/2006	José Alfredo Rocha
02/08/2006	Josélia da Silva Nagayschi
02/08/2006	Júlia Cardoso de Oliveira Haraceni
02/08/2006	Juliana de Jesus Bueno
02/08/2006	Magali Aparecida Peron
02/08/2006	Márcia Mandau
02/08/2006	Maria Alice Santos de Oliveira
02/08/2006	Maria Helena Gonçalves Pinheiro
02/08/2006	Marina Faustini Simões
02/08/2006	Paulo Silva Reis
02/08/2006	Peterson Roberto Ciunec
02/08/2006	Ramirez José de Oliveira
02/08/2006	Silvia Regina Riqueme Santos
02/08/2006	Sueli Ap. de Oliveira Fernandes
02/08/2006	Teresinha Kisieleunicz
18/08/2006	Alice de Oliveira Azambuya
18/08/2006	Eliete de Almeida
18/08/2006	Elisangela Vouk
18/08/2006	Emislene Ap. Mileski
18/08/2006	Júlia Cardoso O. H.
18/08/2006	Mauro Francisco Travalini
18/08/2006	Noemi de Oliveira
18/08/2006	Rosalva Aparecida Costa
Sem data	Adriane de Cássia Santana Parize
Sem data	Sergio Lisinski e Maria Elizetes Lisinski
Sem data	Sueli da Silva Antunes
Sem data	Tanyelle Burgardt de Oliveira
Sem data	Vera Lucia N. Kuluski
Sem data	Wilson Cabral Junior

4.5 Série Listas de presença

As feiras ocorriam em três locais na cidade: na igreja Bom Jesus, em Uvaranas; na igreja do bairro Santa Paula; e na UEPG. Conseqüentemente, havia reuniões com a equipe IESOL, também nestes lugares. Serão listadas aqui, as listas de presença assinadas e seus respectivos locais de ocorrência:

DATA	Nº PRESENTES	LOCAL
04/07/2006	29	UEPG
17/07/2006	31	UEPG
02/08/2006	32	UEPG
18/08/2006	20	Paróquia Santa Paula
21/08/2006	11	UEPG
29/08/2006	21	Paróquia Bom Jesus
11/09/2006	18	Paróquia Bom Jesus
12/09/2006	30	UEPG
26/09/2006	17	UEPG
09/10/2006	21	UEPG
10/10/2006	14	Paróquia Bom Jesus
17/10/2006	18	Paróquia Bom Jesus
06/11/2006	21	UEPG
07/11/2006	21	Paróquia Bom Jesus
28/11/2006	11	Paróquia Bom Jesus
04/12/2006	18	UEPG

4.6 Série Relatórios de acompanhamento

Estes relatórios compõem um documento contínuo, onde estão relatadas estas reuniões. Está impresso com o título “Cronograma de reuniões com a Feira Solidária” e é composto por 5 páginas.

DATA	OBSERVAÇÕES
09/09/2005	
11/09/2005	
12/11/2005	
17/11/2005	

4.7 Série Diagnósticos

DATA	ASSUNTO
Outubro/2006	Diagnóstico elaborado pela equipe de incubação contendo identificação do empreendimento, breve histórico do mesmo, resumo da situação atual e sugestões e dificuldades encontradas pelos participantes. Documento impresso, contendo 5 páginas.

4.8 Série Clipping/ folders/ jornais

DATA	TIPO	TÍTULO / FONTE
Set/Out. 2005	Jornal	Jornal Solidário, nº 2/2005. Esse jornal é composto inteiramente por notícias referentes à economia solidária na cidade.
Março/2006	Jornal	Feira Solidária pode expandir para outras regiões da cidade. Jornal Bons Negócios / Uvaranas. p.7.

4.9 Série Etiquetas

Folha impressa em papel sulfite A-4, onde foram estampadas 14 sugestões de etiquetas para os produtos comercializados nas feiras solidárias. Nestas etiquetas podem ser especificados o nome e telefone do artesão, e os dias de ocorrência da feira.

5. FUNDO PALHA DE PONTA – PONTA GROSSA / PR

5.1 Série Entrevistas

DATA	COLABORADOR(A)	ENTREVISTADOR(A)
15/08/2006	Márcia A. Gomes	Marcos Paulo Dambrós
22/08/2006	Odete de Paula	Não identificado
05/09/2006	Rosana R. Gala	Shana Eloísa Christiano
13/09/2006	Vanderli Santos	Não identificado

5.2 Série Estatuto

DATA	ASSUNTO
07/11/1989	Estatuto da Casa do Artesão de Ponta Grossa. Documento datilografado, cópia do original, contendo 7 páginas.
22/06/2006	Casa do Artesão de Ponta Grossa / Consolidação do Estatuto. Documento impresso, cópia do original, com anotações a caneta (correções), contendo 9 páginas.
Sem data	Estatuto da Casa do Artesão. Documento impresso, cópia do original, contendo 10 páginas.

5.3 Série Listas de presença

DATA	Nº DE PRESENTES
24/04/2006	9
08/05/2006	4
29/05/2006	8
07/06/2006	8
14/06/2006	7
21/06/2006	5
19/07/2006	5
24/07/2006	3
07/08/2006	8
14/08/2006	5
21/08/2006	7
28/08/2006	4
04/09/2006	8
11/09/2006	6
18/09/2006	5
26/09/2006	6
02/10/2006	6
09/10/2006	5
16/10/2006	5
30/10/2006	4
06/11/2006	4
13/11/2006	5
20/11/2006	4
27/11/2006	5
04/12/2006	7
11/12/2006	7

5.4 Série Relatórios de acompanhamento

DATA	OBSERVAÇÕES
24/04/2006	Documento impresso.
08/05/2006	Documento impresso. Encontra-se anexado ao relatório um email enviado para Shana (membro da equipe IESOL) de uma integrante do grupo, chamada Márcia.
29/05/2006	Documento impresso. Em anexo, encontra-se a dinâmica utilizada na reunião com o grupo. Contém 3 páginas.
07/06/2006	Documento impresso.
14/06/2006	Documento impresso.
21/06/2006	Documento impresso.
19/07/2006	Documento impresso.
24/07/2006	Documento impresso.
07/08/2006	Documento impresso.

14/08/2006	Documento impresso.
21/08/2006	Documento impresso.
28/08/2006	Documento impresso.
04/09/2006	Documento impresso.
11/09/2006	Documento impresso.
18/09/2006	Documento impresso.
26/09/2006	Documento impresso.
02/10/2006	Documento impresso.
09/10/2006	Documento impresso.
16/10/2006	Documento impresso.
30/10/2006	Documento impresso.Em anexo, atividade denominada: “Desafios ao grupo”
06/11/2006	Documento impresso.Em anexo, desenhos elaborados pelas participantes do grupo como sugestão de logo oficial do empreendimento. Contém 7 páginas.
13/11/2006	Documento impresso.
20/11/2006	Documento impresso.
27/11/2006	Documento impresso.
04/12/2006	Documento impresso.
11/12/2006	Documento impresso.

5.5 Série Diagnósticos

DATA	ASSUNTO
11/10/2006	Diagnóstico elaborado pela equipe de incubação contendo identificação do empreendimento, breve histórico do mesmo, resumo da situação e indicação de continuidade do trabalho com o grupo. Documento impresso, contendo 8 páginas.

5.6 Série Clipping/ folders/ jornais

DATA	TIPO	TÍTULO / FONTE
30/07/2006	Clipping	PG é referência no artesanato em palha de milho. Diário da Manhã, Caderno Cidades, p.10.

5.7 Série Documentos diversos

DATA	ASSUNTO
2005	Relatório final do diagnóstico participativo: programa Palha de Milho. Elaborado por Josélia Sacks (assistente social), contendo diagnóstico da realidade de Ponta Grossa, do grupo, a situação do empreendimento, assessorias prestadas, indicações de continuidade do trabalho com o grupo, dentre outros.
Sem data	Termo de compromisso para participar do grupo Palha de Ponta. Documento impresso, contendo 4 páginas, com o seguinte título: Divisão de Artesanato / Casa do artesão de Ponta Grossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia tem como objetivo relatar a organização de um acervo de natureza peculiar, ainda pouco trabalhado pelos métodos tradicionais de documentação e, onde esforços foram mobilizados na formulação de processos técnicos que se adequassem à realidade do arquivo da IESOL/UEPG.

Para amenizar prejuízos causados à pesquisa pelo desconhecimento do conteúdo do acervo ou mesmo pela ausência de um prévio levantamento de dados, elaborou-se um determinado instrumento de pesquisa, denominado *inventário sumário*, que permite aos interessados, realizar estudos sobre dimensões ainda pouco sondadas da realidade brasileira, como é o caso dos trabalhadores da economia solidária.

Chegando ao término deste trabalho, é necessário esclarecer que a ação realizada, a de inventariar sumariamente, é considerada uma atividade parcial na organização de um acervo, que envolve também, a produção de outros instrumentos de pesquisa, principalmente, de caráter analítico. Assim, o inventário sumário permite identificar apenas a existência individual do documento, enquanto que o inventário analítico evidencia os principais assuntos trabalhados no seu conteúdo.

Contudo, também não foram estabelecidas medidas condicionantes, ou seja, que determinassem a conservação e preservação desta documentação, composta por material relativamente recente, sendo mantida ainda em caixas arquivo e dividida em pastas de modo sistematizado, facilitando a sua consulta.

Dessa maneira, não esgotadas as fontes de pesquisa neste acervo, são apontados novos caminhos a serem trilhados, seguindo a lógica dos passos que envolvem uma pesquisa arquivística.

Cabe ainda, uma última consideração a respeito do assunto. Muito se falou sobre a importância da atuação do arquivista e de seus artifícios no trabalho com acervos, mas é fato a carência desta mão-de-obra especializada nos meios institucionais de custódia e disseminação de informação científica.

Isto se dá, enfaticamente, devido à limitada oferta de cursos formais de arquivologia no Brasil. Muitas vezes, o que ocorre é a existência de uma ou duas

disciplinas em alguns cursos, como no de Bacharelado em História, que apenas tangenciam a questão.

Esta situação cria uma relação interdisciplinar entre arquivistas e historiadores, que acabam ocupando um mesmo campo de atuação profissional. A aproximação entre eles é favorecida por dois principais motivos. O primeiro deles reflete-se no intenso contato que historiadores têm com os documentos, tratados a partir de sua ótica como fontes. O segundo, porque compartilham as mesmas concepções a respeito da organização, preservação e conservação documental.

Percebe-se esta ligação nesta mesma universidade (UEPG), que possui em seus acervos, ou Laboratórios de História (como são chamados), planos de arranjo elaborados propriamente por historiadores. Também neste trabalho de pesquisa, onde uma futura historiadora exerce tal organização, no seu objeto.

Assim, é reconhecida, a importante atuação técnico-científica do arquivista, que permeada pela presença do historiador, só tem a enriquecer este campo do conhecimento. O labor conjunto destes dois profissionais é capaz de promover o tão desejado diálogo entre as práticas instrumentais das Ciências da Informação e a construção de novos saberes da História.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. Disponível em: <http://www.anteag.org>

AUSTER, Paul. **A invenção da solidão**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Arquivos e documentos textuais: antigos e novos desafios. In: **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.31, jan./jun. 2002. pp.197-206.

BELLOTTO, Heloísa L. Identificação de fundos. **Arquivo Rio Claro**. Rio Claro/SP: nº 3. pp. 63-70. jul.1984.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rios de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BERWANGER, Ana Regina. Arquivos empresariais. **Anais do VI, VII e VIII Encontro Catarinense de Arquivos**. Blumenau/ Florianópolis/ Jaraguá do Sul: Associação de Amigos do Arquivo Público... [et al]. 1994/96/98. pp. 16-17.

CAMARGO, Célia R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP/ FAPESP, 1999. pp. 49-63.

CARRION; VALENTIM; HELLWING. **Residência solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CPDOC/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

FERNANDES, Simone Silva. Arquivos permanentes de movimentos sociais: novos procedimentos de arranjo e descrição. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP/ FAPESP, 1999. pp.131-138.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GAIGER, Luís Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, nº 50, pp. 47-71. 1998.

GHANEM, Valéria. FERNANDES, Leonita. Organização do arquivo da assessoria jurídica das empresas Portobello. AECA. **Anais do VI, VII e VIII Encontro Catarinense de Arquivos**. Blumenau/ Florianópolis/ Jaraguá do Sul: Associação de Amigos do Arquivo Público... [et al]. 1994/96/98. pp. 172-177.

GOMES, Josélia M. L. de Oliveira. **Instrumentos de pesquisa para a história de Ponta Grossa**: acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha. Monografia de especialização em História do Paraná. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 1997.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer: v.2).

IESOL/UEPG. **As transformações do mundo do trabalho e a economia solidária**. Ponta Grossa, 2006. Material didático elaborado para o Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ).

LIANZA, Sidney, ADDOR, Felipe (orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto como fazer, v.6).

MEIHY, J. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

SANTOS, Andrea P. **História de vida dos trabalhadores da economia solidária em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais**: memória, identidade e história oral. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/neho/arquivos/andreapaula1.pdf>

_____. **Ponto de vida**: cidadania de mulheres faveladas. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, RIBEIRO; MEIHY. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Loyola, 1998.

SILVA, Zilda Lopes. (org.) **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999. (Seminários e Debates)

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, André Ricardo (orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michael. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

UEPG/IESOL. Disponível em: <http://www.uepg.br/iesol/>

UNISOL. Disponível em: <http://unisol.org.br>

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://www.wikipedia.com.br>.

ANEXO A – Projeto de Extensão IESOL